PRESIDÊNCIA DO CONSELHO E MINISTÉRIOS DAS CORPORAÇÕES E PREVIDÊNCIA SOCIAL E DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Portaria n.º 17 001

A fim de estudar as actuais condições do trabalho médico, apreciadas em várias exposições e designadamente na exposição entregue ao Presidente do Conselho pelo conselho geral da Ordem dos Médicos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Presidente do Conselho e pelos Ministros das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência, nomear uma comissão constituída pelo secretário-geral da Previdência do Conselho, que servirá de presidente, e pelo vice-presidente do Conselho Superior da Previdência Social, presidente da Federação de Caixas de Previdência — Serviços Médico-Sociais e directores-gerais da Assistência e da Saúde, bem como por dois representantes da Ordem dos Médicos, por ela designados.

A comissão, se o julgar aconselhável, poderá delegar em grupos de trabalho o estudo de quaisquer matérias da sua competência e proporá no final as soluções que lhe pareçam convenientes.

Presidência do Conselho e Ministérios das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência, 20 de Janeiro de 1959. — O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar*. — O Ministro das Corporações e Previdência Social, *Henrique Veiga de Macedo*. — O Ministro da Saúde e Assistência, *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 42 113

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 35 977, de 23 de Novembro de 1946, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 2.º Do total das receitas arrecadadas pelos cofres das secretarias judiciais serão pagos, em primeiro lugar, 40 por cento dos vencimentos do respectivo pessoal contratado; do saldo restante reverterão 25 por cento para os funcionários referidos no artigo anterior e 75 por cento para o Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça.

A parte destinada aos funcionários será por eles distribuída segundo a proporção estabelecida nos artigos 200.º e seguintes do Código das Custas Judiciais.

§ 1.º A participação nas receitas do cofre da secretaria, nos termos deste artigo, será recebida pelos funcionários em efectivo serviço dos respectivos cargos, em gozo de licença graciosa ou afastados temporariamente da efectividade do serviço por impedimento legal, mas, neste caso, apenas durante os primeiros trinta dias.

§ 2.º A mesma participação será considerada para efeito dos limites estabelecidos no § 1.º do artigo 308.º do Estatuto Judiciário e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 40 613, de 28 de Maio de 1956.

Art. 2.º A tabela a que se refere o § 1.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 35 977, de 23 de Novembro de 1946, passa a ser a que vai anexa ao presente diploma.

Art. 3.º O artigo 186.º do Código das Custas Judiciais passa a ter a seguinte redacção:

Art. 186.º Os vencimentos mensais dos funcionários de justiça dos tribunais criminais e auxiliares de investigação, dos oficiais de diligências-porteiros e dos escuritúrios e copistas de todos os tribunais são os seguintes:

Chefe de secção central	4.900\$00
Chefe de secção de processos	4.250\$00
Ajudantes de chefe de secção:	
De 1.ª classe	2.400\$00
De 2.ª classe	2.300\$00
De 3.ª classe ou sem exame de habilitação	2.200\$00
Oficiais de diligências ou porteiros	2.000\$00
Escriturários de 1.ª classe	1.750\$00
Escriturários de 2.ª classe	1.500\$00
Copistas	1.300\$00

§ 1.º O funcionário legalmente impedido até trinta dias em cada ano terá direito à totalidade dos seus vencimentos; se o impedimento exceder aquele período, perceberá apenas o ordenado que lhe competir segundo as leis de contabilidade pública.

§ 2.º O agente do Ministério Público junto de cada tribunal enviará até ao último dia de cada mês à Repartição Administrativa dos Cofres uma folha com o nome dos respectivos funcionários e a indicação das importâncias que cada um tem a receber.

§ 3.º Pela totalidade dos abonos de cada folha passará a Repartição cheque a favor do respectivo agente do Ministério Público, que acusará a sua recepção e efectuará o pagamento aos funcionários, cobrando o recibo no duplicado da folha, que ficará arquivado na secretaria.

Art. 4.º É aplicável a todo o pessoal não abrangido pela tabela anexa ao presente diploma nem pelo artigo 186.º do Decreto-Lei n.º 30 668, de 26 de Agosto de 1940, pago por verbas inscritas nos orçamentos privativos dos Cofres Geral dos Tribunais e dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça o disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42 046, de 23 de Dezembro de 1958.

Art. 5.º — 1. O quadro do pessoal da Repartição Administrativa dos Cofres e os vencimentos respectivos são os que constam do mapa anexo a este decreto-lei.

2. Para a prestação de serviços extraordinários indispensáveis junto da Repartição poderá o Ministro da Justiça autorizar o conselho administrativo a requisitar temporariamente quaisquer funcionários judiciais ou dos serviços de registo e do notariado.

Art. 6.º — 1. O provimento dos lugares do quadro a que se refere o artigo anterior poderá recair em funcionários judiciais, nos termos do artigo 29.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 40 738, de 24 de Agosto de 1956.

2. Consideram-se em comissão de serviço de carácter permanente os funcionários judiciais em exercício na Repartição Administrativa. O tempo de serviço prestado pelos comissionados será considerado, para efeitos de antiguidade, nomeação, acesso ou promoção, como se fosse prestado nos quadros das secretarias judiciais.

Art. 7.º — 1. O pessoal em serviço na Repartição Administrativa dos Cofres à data da publicação deste diploma transita para os lugares correspondentes do

quadro agora fixado, independentemente de posse ou qualquer outra formalidade, considerando-se definitivamente providos os funcionários que, nos termos legais, devessem ser nomeados por portaria.

2. O provimento nas categorias não previstas no regulamento aprovado pelo Decreto n.º 40 738 será feito por meio de contrato.

Art. 8.º — 1. Quando o cofre da secretaria de qualquer tribunal não dispuser de fundos suficientes para pagamento da quota-parte da sua responsabilidade para com o pessoal contratado, serão as importâncias necessárias ao pagamento dessa quota adiantadas pela receita do Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça.

2. Se a receita deste Cofre não for suficiente para esse efeito, a Repartição Administrativa dos Cofres, mediante informação do Ministério Público, abonará a importância que faltar.

3. Logo que, pagos os vencimentos do pessoal contratado, o cofre da secretaria tiver disponibilidades bastantes, deverá restituir ao Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça o que este tiver abonado.

Art. 9.º — 1. O Cofre dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça abonará aos tesoureiros judiciais privativos e aos administradores de falências as importâncias necessárias para perfazer o equivalente à parte fixa da remuneração do chefe da secção central do tribunal junto do qual servirem, considerando-se, para este efeito, como classe pessoal dos funcionários a da própria comarca.

2. Se, no fim de cada ano, se verificar que a soma das percentagens recebidas e das quantias abonadas aos funcionários a que se refere o número anterior excede o montante anual da parte fixa da remuneração do chefe da secção central, far-se-á a reposição até ao montante das importâncias abonadas.

3. No cálculo das pensões de aposentação dos funcionários indicados neste artigo intervirá não somente o total das percentagens por eles recebidas como também as quantias que porventura lhes houverem sido abonadas nos termos deste artigo.

Art. 10.º — 1. São extintos, à medida que forem vagando, os lugares de chefe de secção ajudante dos juízos criminais e correcionais e dos Tribunais de Polícia e de Execução das Penas de Lisboa e Porto.

2. Os lugares extintos naqueles juízos no Tribunal de Polícia do Porto e nos tribunais de execução das penas irão sendo substituídos por lugares de escriturário de 1.ª classe.

3. No Tribunal de Polícia de Lisboa, os dois primeiros lugares que vagarem serão substituídos por outros de chefe de secção de processos e os dois seguintes por escriturários de 1.ª classe.

4. Para os fins do disposto na primeira parte do número anterior, será criada uma secção de processos por cada uma das duas primeiras vagas que se verificarem.

Art. 11.º — 1. O requisito especialmente exigido pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36 549, de 21 de Outubro de 1947, para a admissão aos concursos para chefe de secção das secretarias judiciais é dispensado aos escriturários com dez anos ou mais de serviço e classificados de *Muito bom*.

2. Consideram-se nas condições previstas na parte final do número anterior os escriturários que, por falta de inspecção, não estejam classificados, desde que seja boa a informação de serviço prestado a seu respeito pelo respectivo presidente da Relação.

Art. 12.º — 1. São considerados escriturários de 2.ª classe, para os efeitos do disposto no artigo anterior e para os de provimento nessa categoria nos quadros das

secretarias judiciais, os ajudantes dos tesoureiros privativos com dez anos de serviço efectivo, seguido ou interpolado.

2. Os amanuenses das mesmas tesourarias com aquele tempo de serviço são equiparados a copistas, para efeitos de provimento nessa categoria e de acesso aos lugares de escriturário nos referidos quadros.

3. Não são permitidas novas nomeações ao abrigo do § 1.º do artigo 252.º do Código das Custas Judiciais.

Art. 13.º São elevadas à 2.ª classe, a partir do dia 1 de Julho do ano corrente, as comarcas de Montalegre e Ponte de Lima.

Art. 14.º Os vencimentos e salários atribuídos nos termos deste decreto-lei serão abonados a partir de 1 de Janeiro de 1959.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Janeiro de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Vasco Lopes Alves — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

Tabela a que se refere o artigo 2.º deste decreto-lei

A) Nas Relações:*	
Contadores-tesoureiros	5.900\$00
Chefes de secção	5.400\$00
Oficiais de diligências	2.000\$00
B) Nos tribunais judiciais de 1.ª instância de Lisboa e Porto:	
Secretários-gerais	5.900\$00
Chefes de secção central	4.900\$00
Chefes de secção de processos	4.250\$00
Arquivistas (transitório)	4.250\$00
Oficiais de diligências	2.000\$00
C) Nos tribunais das restantes comarcas de 1.ª classe:	
Chefes de secção central	4.500\$00
Chefes de secção de processos	3.600\$00
Oficiais de diligências	1.750\$00
Arquivista judicial de Coimbra (transitório)	3.600\$00
D) Nos tribunais das comarcas de 2.ª classe:	
Chefes de secção central:	
De 1.ª classe	3.500\$00
De 2.ª ou 3.ª classe	3.300\$00
Chefes de secção de processos:	
De 1.ª classe	3.200\$00
De 2.ª ou 3.ª classe	2.900\$00
Oficiais de diligências	1.500\$00
E) Nos tribunais das comarcas de 3.ª classe:	
Chefes de secção central:	
De 1.ª classe	3.050\$00
De 2.ª classe	2.900\$00
De 3.ª classe	2.750\$00
Chefes de secção de processos:	
De 1.ª classe	2.600\$00
De 2.ª classe	2.500\$00
De 3.ª classe	2.400\$00
Oficiais de diligências	1.300\$00
F) Nos tribunais dos julgados municipais:	
Chefes de secção	2.400\$00
Oficiais de diligências	1.300\$00

G) Nas câmaras de falência:
 Secretário 4.250\$00
 Arquivista-caixa 2.200\$00
 Ministério da Justiça, 20 de Janeiro de 1959. —
 O Ministro da Justiça, *João de Matos Antunes Varela*.

**Quadro e vencimentos do pessoal
 da Repartição Administrativa dos Cofres**

Grupos segundo
 o artigo 1.º
 do Decreto-Lei
 n.º 42 046,
 de 25 de Dezem-
 bro de 1958

1 chefe de repartição	F
1 adjunto	H
2 chefes de secção	J
3 primeiros-oficiais	L
6 segundos-oficiais	N
9 terceiros-oficiais (a)	O
3 aspirantes	S
4 dactilógrafos	U
19 condutores de automóveis	V
2 contínuos de 1.ª classe	X
1 contínuo de 2.ª classe	X
1 telefonista	X
1 servente	Y

(a) É extinto um lugar quando vagar.

Ministério da Justiça, 20 de Janeiro de 1959. —
 O Ministro da Justiça, *João de Matos Antunes Varela*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção-Geral da Marinha

Decreto-Lei n.º 42 114

Tendo sido reconhecida a conveniência de estender ao Instituto de Socorros a Náufragos o princípio que, pelo artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 38 079, de 5 de Dezembro de 1950, ficou estabelecido para o Aquário Vasco da Gama e Instituto de Biologia Marítima, no tocante à remuneração devida pelo exercício de determinadas funções em regime de acumulação;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os oficiais da Armada que, em acumulação com as funções que lhes competem no Ministério da Marinha, prestam ou venham a prestar serviço no Instituto de Socorros a Náufragos vencerão uma gratificação fixada pelo Ministro da Marinha, com o acordo do Ministro das Finanças, por conta da verba para esse fim inscrita no orçamento privativo do Instituto.

§ único. O abono da gratificação é devido desde a data do início da acumulação.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Janeiro de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Theotónio Pereira* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Arnaldo Schulz* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Afonso Magalhães de Almeida Fernandes* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Vasco Lopes Alves* — *Franco de Paula Leite Pinto* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *Henrique Veiga de Macedo* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

**Comissão Administrativa do Plano de Obras
 da Cidade Universitária de Coimbra**

Decreto n.º 42 115

Atendendo a que, por motivos de ordem técnica, não foi possível dar o incremento necessário aos trabalhos a que se refere o contrato da empreitada de «Alteamento e defesa dos camalhões de Santa Clara, em Coimbra, e das redes de esgotos e águas pluviais da zona desportiva em Santa Clara», de forma a terem ficado concluídos até ao fim do ano de 1958, de harmonia com o disposto no Decreto n.º 41 179, de 9 de Julho de 1957;

Considerando que, por conta da verba de 4:078.000\$ prevista no citado decreto, foi despendida a quantia de 3:356.195\$70, sendo 999.757\$50 no ano de 1957 e 2:356.438\$20 no ano de 1958;

Considerando que a referida obra somente poderá ficar totalmente concluída no decurso do corrente ano;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Do montante de 4:078.000\$ que, por força do Decreto n.º 41 179, de 9 de Julho de 1957, a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra foi autorizada a satisfazer nos anos de 1957 e 1958 com os encargos resultantes da empreitada de «Alteamento e defesa dos camalhões de Santa Clara, em Coimbra, e das redes de esgotos e águas pluviais da zona desportiva em Santa Clara» poderá ser despendido no corrente ano de 1959 com pagamentos relativos aos trabalhos executados por virtude de contrato o saldo desta obra, apurado em 1958, de 721.804\$30.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Janeiro de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Gabinete do Ministro

Secção de Marinha

Portaria n.º 17 002

Convindo tornar extensiva ao ultramar a legislação em vigor na metrópole respeitante ao pessoal da marinha mercante, mas atendendo a que as condições actuais da província de Timor são diferentes das que se verificam nas restantes províncias:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar e nos termos do n.º III da base LXXXVIII da Lei Orgânica do Ultramar, tornar extensivo a todas as províncias ultramarinas, com excepção de Timor, o Decreto-Lei n.º 37 519, de 13 de Agosto de 1949.

Ministério do Ultramar, 20 de Janeiro de 1959. —
 O Ministro do Ultramar, *Vasco Lopes Alves*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *Vasco Lopes Alves*.